

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1-ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

A Mediação como Prática Discursiva Transformadora. Um estudo de caso com comunidades piscatórias ribeirinhas de Botucatu (SP, Brasil)

Mário Freitas(Universidade do Minho), Drauzio Annunziato (Universidade do Minho), Ivanete Nardi (Universidade Federal de Santa Catarina) e Bruno Silva (Universidade Federal de Santa Catarina)¹

Introdução

Com a rápida urbanização e industrialização do Estado de São Paulo (Brasil), ocorrida após a crise da economia agrícola cafeeira (1930), verificou-se um drástico aumento da poluição que acabou transformando o Rio Tietê num enorme esgoto. Ao mesmo tempo, verificou-se um drástico aumento das necessidades energéticas que determinou a construção sucessiva de várias usinas, entre as quais, a de Barra Bonita (entre 1957 e 1963). Aos clássicos impactes negativos da construção de barragens contrapuseram-se, neste caso, os efeitos positivos decorrentes da retenção da carga poluente nos trechos iniciais, tornando mais fácil a recuperação a jusante. A implementação de medidas de mitigação (algumas muito discutíveis, como a introdução da espécie exótica Tilápia do Nilo) gerou novos recursos, o que veio a constituir-se como um atractivo para pescadores de baixa renda. Com a construção de casas de lixa ou madeira, em terrenos de protecção ambiental e privados, definiram-se e consolidaram-se os contornos dos aglomerados piscatórios de Rio Bonito e Port Said.

Geraram-se, então, alguns conflitos que acabaram por se constituir em processo judicial. Na tentativa de os superar e gerar parcerias com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável (DS) na região, a empresa gestora da barragem (a AES Tietê) desenvolveu uma acção intercultural, de diagnóstico, primeiro e de mediação sócio-ambiental, depois (que acabou por também se constituir como caso de estudo para testagem de uma metodologia de avaliação de impactes do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável).

¹ O artigo insere-se no âmbito de um projecto de investigação inscrito no Centro de Investigação em Educação, do Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, que conta com a colaboração externa de outros investigadores, nomeadamente, da Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. Agradece-se o apoio da AES Tietê, SP, Brasil, sem a qual esta acção não teria sido possível.

I. Acerca do conceito de mediação

Torrego (2003: 5) define mediação como “método de resolução de conflitos em que duas partes em confronto recorrem, voluntariamente, a uma terceira pessoa imparcial, o mediador, a fim de chegarem a um acordo satisfatório”. Milburn (2002: 91), por seu turno, afirma “... a mediação é, antes de tudo, um exercício de intervenção sobre relações conflituosas entre pessoas: é assim que ela é definida pelos seus promotores e praticantes”. Em qualquer caso, parece existir um largo consenso sobre a ideia de que a mediação se constitui como um processo voluntário de superação ou evitamento de conflitos em que, para além, das partes conflitantes, existe um ou mais mediadores. É, contudo, sobre a forma de encarar o conflito, o método a utilizar e os objectivos do processo de mediação que a diversidade de opiniões se faz sentir.

De acordo com as posições defendidas em relação às questões supracitadas, é costume considerar três grandes modelos/paradigmas de mediação: o tradicional-linear, o circular-narrativo (Cobb, 2004; Suárez, 1996) e o transformador (Bush & Folger, 2004). Neste texto defende-se uma postura alinhada com o último paradigma, ampliando-o para a defesa da tese de que a mediação se constitui essencialmente como um processo coordenado de práticas discursivas, donde emergem novas significações e, como tal, novas realidades sociais e... novos mundos, o que torna possível transformar os conflitos que desencadearam a própria mediação. Entendemos o conflito como natural e inerente aos contextos de utilização de recursos pelas comunidades humanas e assumimos que, mais do que eliminar ou superar esse conflito, se pretende transformá-lo, de algo que afasta, provoca afrontamento e/ou se percepção como ameaça, para algo que se constitui um desafio no processo de construção de um futuro mais sustentável.

Metodologicamente, defendemos a necessidade de se: a) partir da explicitação pelas partes dos seus interesses e necessidades; b) criar um contexto que torne possível uma interacção discursiva assente no reconhecimento mútuo e a na valorização do discurso do outro; c) valorizar, para além da racionalidade, as emoções e sentimentos, que se assumem terem tanto valor cognitivo como as elaborações racionais; d) não esquecer que nas situações conflituosas existem, antes do mais, pessoas. Em termos de objectivos, estamos de acordo que os dois principais objectivos da mediação transformadora são a capacitação (*empowerment*) das partes e promoção do seu mútuo reconhecimento. Nesta perspectiva, e de acordo com a opinião os mesmos autores, a mediação é mais do que uma estratégia de superação de conflitos, é uma forma de promover transformações nas partes e, no nosso caos, de iniciar um processo de construção de um futuro mais sustentável às margens do reservatório de Barra Bonita.

2. Do discurso como prática social à mediação como prática discursiva

A tradição do pensamento linguístico divide-se entre duas correntes opostas (Resende & Ramalho, 2006; Pedro, 1997): a formalista (as funções externas não influenciariam a organização interna) e a funcionalista (as funções externas são responsáveis pela organização interna). Foucault rompe com esta tradição dicotômica de encarar a linguagem. Contudo, antes de Foucault, outros (nomeadamente, Nietzsche Wittgenstein e Bakhtin) tinham já iniciado a crítica desta concepção clássica de linguagem. Apesar de não ser homogénea (podendo até, a certos propósitos, apresentar posturas divergentes), tal tradição crítica tem em comum a negação das visões clássicas de linguagem.

Bateson, primeiro e Maturana & Varela, depois, vão mais longe. Combatendo frontalmente a tradição dualista de separação entre sujeito e objecto, rompem com a diferenciação entre ontologia (ser) e epistemologia (saber/conhecer) (Freitas & Fleuri, 2006). Pode, assim afirmar-se que “saber é fazer e fazer é saber” (Maturana & Varela, 2002) e que qualquer acto de conhecimento está intimamente ligado a um ou mais actos do nosso operar recorrente em linguagem (Maturana & Varela, 1990). O domínio linguístico humano tem características excepcionais já que “o observador vê que as descrições podem ser feitas tratando outras descrições como se fossem objectos ou elementos do domínio das interacções” e, assim, “o domínio linguístico passa a ser parte do meio de interacções possíveis” (Maturana & Varela, 2002: 181).

O discurso tem uma natureza constitutiva e tal pressuposto constitui-se como uma das mais importantes contribuições da análise arqueológica de Foucault, para a Análise de Discurso Textualmente Orientada (Fairclough, 2001: 81). “O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas normas e convenções, relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação, constituindo e construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2001: 91).

Esta natureza constitutiva do discurso, no contexto em que a invocamos (processos de mediação) deve ser relacionada com dois princípios enunciados por Foucault (2008: 53): a) da especificidade, que postula a necessidade de “não transformar o discurso em um jogo de significações prévias”, “não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas”, mas antes “conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos”; b) da exterioridade, ou seja “a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras. Contudo, como Fairclough (2001: 87) realça “os processos constitutivos do discurso devem ser vistos (...) em termos de uma dialética, na qual o impacto da prática

discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída”. Tal aspecto é fundamental para a conceptualização da mediação como prática discursiva que procura construir um novo mundo de significado diferente do pré-existente antes de ela se iniciar.

A segunda grande ideia-chave que Fairclough (2001: 81-82) retira da análise arqueológica foucaultiana é a “primazia da interdiscursividade e da intertextualidade”, no sentido que “qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa”. Neste domínio (já em transição para uma análise genealógica), é de realçar aquilo que Foucault chama de princípio da descontinuidade: os discursos devem ser tratados como “práticas descontínuas” (Foucault, 2008: 52-53) que “se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”. A interdiscursividade e a descontinuidade são questões fundamentais para a análise dos contextos de mediação como prática discursiva, já que ela consiste exactamente no cruzamento e rearticulação de discursos que se ignoram, estão desavindos ou se consideram como irreconciliáveis. Neste domínio, revela-se, ainda, crucial a questão do contexto (já assinalada por outros autores, como Bateson, Foucault e Fairclough). “Como o contexto situacional de um enunciado (a situação social na qual ele ocorre) e seu contexto verbal (sua posição em relação a outros enunciados que o precedem e o seguem) determinam a forma que ele toma e o modo pelo qual é interpretado” (Fairclough, 2001: 27).

Quanto às mais importantes contribuições da análise genealógica foucaultiana o Fairclough aponta: a) a “natureza discursiva do poder” (Fairclough, 2001: 81) devendo, contudo, recordar-se que “... o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar, o discurso é o poder a ser tomado” (Foucault, 2008: 10); b) “a natureza política do discurso”, sendo que “a luta pelo poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele” (Fairclough, 2001: 82); c) a “natureza discursiva da mudança social” já que para Foucault, “as regras de formações discursivas definem não objetos e conceitos estáticos, mas os campos de suas possíveis transformações” (Fairclough, 2001: 83). Como facilmente se constata tais ideias são centrais à conceptualização de um paradigma transformador de mediação. Mas, para além destas importantes convergências, Fairclough assinala, também, distanciamentos que, em grande parte, podem advir do carácter mais abstracto da análise foucaultiana, já que “não inclui a análise discursiva e linguística dos textos reais” (Fairclough, 2001: 82). Atendendo à sua importância para a matéria em debate, será de referir, ainda, as divergências quanto às questões da ideologia e da hegemonia que, em Foucault se assumem como conceitos fraco (no sentido de não estruturantes).

Por isso, Foucault é, muitas vezes acusado, de não dar a devida relevância ou espaço para as lutas das forças sociais e discursos dominantes (hegemónicos) e dominados, de

exagerar a extensão em que as pessoas se deixam manipular pelo poder ou de diminuir o peso da contestação de tais práticas. Como assinala Fairclough (2002: 83) “não é que Foucault ignore tais questões” mas, talvez, aconteça que “na totalidade do seu trabalho e nas suas análises principais, a impressão dominante” seja “a das pessoas desamparadas assujeitadas a sistemas imóveis de poder”.

Quadro 1 - Tipos de relações para análise do processo de mediação como um processo complexo.

Tipo de relações	Caracterização sumária
Relações de constituição ou identitárias ¹	Especificam os elementos (indivíduos, grupos e entidades) que intervêm na rede de mediação, suas necessidades e interesses (neste caso, assume particular relevância necessidades e interesses ambientais) e, como tal, suas identidades e seus limites. Especificam, ainda, as entidades físicas relacionadas com o conflito (neste caso, reservatório e margens) e aspectos identitários com eles relacionados (formas de vida, pesca). A malha das relações constitutivas só se define à medida que o processo de mediação se materializa e está em constante alteração, ou seja, tem carácter emergente (o que constitui uma característica dos sistemas complexos), sendo influenciadas e influenciando os dois outros níveis relacionais.
Relações de especificação ou relações de relações	Especificam as relações entre elementos (indivíduos, grupos e entidades físicas) que intervêm na rede de mediação e suas dinâmicas, nomeadamente, práticas sociais comunicativas (ou seja, comportamentos que ocorrem durante o processo de acoplamento social) e, em especial, práticas linguísticas/discursivas (ou seja, comportamentos que um observador pode descrever em termos semânticos). Neste caso, destacam-se as práticas comunicativas produzidas a propósito da realidade ambiental envolvente, das necessidades e interesses com ela relacionados e da opinião sobre os outros, seus interesses e necessidades, tanto em termos racionais, como emotivos. A malha das relações de especificação ou relações de relações é emergente (define-se no decorrer do processo de mediação (como acontece nos sistemas complexos), já que materializam por influência das relações de constituição e de ordem/controlo, mas também influenciam a materialização dessas relações

¹ A designação “identidade” é alvo de diversas significações, até porque vem sendo trabalhado segundo o olhar dos mais diversos ângulos disciplinares. Embora no sentido mais comum se designe identidade aquilo que é específico de um sujeito (ou, até, grupo) e, como tal, lhe permite diferenciar-se dos outros, nós incluímos na identidade também os aspectos que são semelhantes aos de outras pessoas e /ou grupos e pelos quais eles delas se aproxima. A identidade é, para nós, neste texto, a forma como cada indivíduo ou grupo se vê, se sente, se define, se apresenta (nomeadamente, do ponto de vista discursivo).

Tipo de relações	Caracterização sumária
Relações de ordem ou controlo	Especificam discursos, com pretensão de verdade e intenção reguladora sobre as relações de constituição/identidade e as relações de especificação (ou relações-de-relações). Especificam, ainda, condições de exercício de poder. Neste caso, destaca-se o que respeita ao conhecimento científico-tecnológico e legislação relativa ao ambiente e sobre a pesca, legislação sobre ocupação de terras, princípios valorativos sobre diversos modos de vida (nomeadamente, viver em casas feitas de lixa, evidenciar algum grau de nomadismo, etc.), etc. Incidem, ainda, sobre questões de poder (judicial, da empresa que gera a barragem, do órgãos de poder local, de associações profissionais e do poder negociado/experimentado entre pessoas, etc.). A malha das relações de ordem/controlo tem, também, carácter emergente (só se define, completamente, à medida que o processo de mediação se materializa). Embora tenham uma função de controlo e ordem que, muitas vezes, garante a sua aparente supremacia, tal ideia é ilusória, já que a sua materialização depende sempre da influência exercida pelos dois outros níveis relacionais.

Na sua Teoria Social do Discurso, Fairclough (2001: 92) distingue entre três funções da linguagem: identitária; relacional; e ideacional. Assim: em primeiro lugar “o discurso contribui (...) para a construção do que variavelmente é referido com identidades sociais e posições do sujeito para os sujeitos sociais e os tipos de eu ...”; em segundo lugar “o discurso contribui para construir relações entre as pessoas”: em terceiro lugar, “o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença” (Fairclough, 2001: 91). Esta tripla função do discurso tem larga correspondência com uma categorização² por um de nós construída (Freitas, no prelo), a propósito do carácter complexo de vários processos interactivos, nomeadamente, os processos de mediação e supervisão (quadro 1).

3. A mediação socioambiental e intercultural às margens do reservatório

Atentamos neste artigo para a importância da análise do discurso como ferramenta imprescindível nos processos de mediação. Uma determinada relação conflituosa é passível de identificação a partir de sua emergência discursiva constituinte, da significação diversa das partes litigantes também diversas. De certo modo, a análise do discurso com

² Baseada numa categorização inicial de Maturana e Varela (1972) relativas aos sistemas vivos (autopoéticos) esta categorização afasta-se, contudo, dessa base mais restrita, para se generalizar aos fenómenos complexos e, em especial, aos fenómenos sociais.

vistas à mediação compõe uma pesquisa genealógica (Foucault, 1996, 1999, 2000 e 2008) sobre a relação conflituosa em questão, de maneira a identificar os sujeitos envolvidos, suas posições, seus desejos, suas possibilidades, suas práticas em exercício, agenciadoras de suas relações, e os objectos dispostos. O objectivo principal é um mapeamento da trama relacional, com a posterior identificação das principais articulações e contraposições e subsequente criação de contexto transformador, não só do conflito em si, mas também das pessoas e suas dinâmicas sociais, com vista à construção de sociedades mais sustentáveis. Mapeando a trama relacional: em primeiro lugar, procede-se a uma colecta de dados. No caso em estudo, reunimos matérias jornalísticas e demais publicações correlatas, processos judiciais, inquéritos instaurados e pareceres técnicos sobre a região foco; realizamos entrevistas semi-estruturadas, individuais e colectivas, incluindo-se os diversos sujeitos implicados, além de representantes institucionais (executivo municipal, câmara de vereadores, órgãos ligados a secretarias estaduais, ONGs etc.). Atente-se no trecho que se segue, extraído um periódico local da região de Vitoriana, município de Botucatu.

Rio Bonito, suas belezas e seus problemas

Na região do Rio Bonito vivem atualmente mais de duzentas famílias que sobrevivem da pesca da espécie de peixe conhecido popularmente como tilápia. A maioria dessas famílias são provenientes de outros estados como Minas Gerais, Mato Grosso [...] e todos vivem entre o porto SAID, Rio Bonito e Mina. Alguns proprietários de ranchos estão alugando seus imóveis para pescadores pois está sendo um bom negócio.

Uma das maiores preocupações das instituições que trabalham para proteger o meio ambiente que anda “muito afetado pela ação do homem”, é a pesca irregular, pois muitas pessoas que vivem desse ofício não respeitam a fase da “piracema”. Graças a um projeto da secretaria do meio ambiente da cidade de Botucatu junto a comunidade de pescadores para instruí-los sobre o problema da situação, o caso tomou um rumo um pouco diferente, mas a pesca ilegal ainda continua por causa da imprudência de algumas pessoas [...]

Conversando com outros moradores da região e proprietários de rancho ouvimos queixas das algazaras de algumas pessoas imprudentes que não aprenderam a respeitar o espaço do próximo e isso não se refere apenas a alguns pescadores e sim também à turistas imprudentes que vão até a borda do rio e preparam seus acampamentos e causam transtornos ao meio ambiente como queimar os troncos das árvores onde preparam suas churrasqueiras e depositam todo lixo no chão ou nas águas do nosso rio. Outra queixa da população é não ter nenhum posto militar nos limites do condomínio para

recorrerem pois muitos se vêem vulneráveis a roubos ou até de ações violentas de vândalos que as vezes circulam pelo local dando tiro nas portas de bares e de ranchos. Alguns meses atrás um homem foi assassinado na porta de um bar [...]

Foi nos fornecido a informação que a manutenção das barreiras do rio Tietê e de suas bordas estão sob o cuidado de uma empresa norte americana e problemas como melhor acomodação dos pescadores na borda do rio como um projeto de saneamento básico estão confiados a essa empresa que ainda não deu seu parecer em relação ao assunto que tanto preocupa a população de Botucatu e região.

Depois de queixas e histórias perguntei para algumas pessoas se estavam contentes em morar naquela região e a maioria disse que fora os problemas mal resolvidos, não pretendem se possível nunca sair da beira do rio que lhes da alegria como deu a muitos que por ali já viveram em várias décadas passadas (JORNAL IMPRESSÃO, 2005: 2).

Uma rápida vista sobre o excerto acima transcrito permite a identificação de algumas personagens, da região em que se situam e de algumas práticas exercidas. São pescadores, suas famílias, migrantes em sua maioria, proprietários de ranchos, instituições que trabalham para proteger o meio ambiente, moradores da região, pessoas imprudentes, turistas imprudentes, vândalos, um homem que foi assassinado, uma empresa norte americana e a população de Botucatu e região. De um modo mais acurado, é possível a identificação de outras mais, como as instituições jurídicas e de segurança (relacionadas a pesca ilegal, algazaras, posto militar, etc.), moradores de condomínios, donos e frequentadores de bares, além do assassino.

Algumas práticas, ou conjunto de práticas sociais, também são directa ou indirectamente identificáveis, como a pesca, o comércio e o aluguer de imóveis, o loccus da situação e seus significados atribuídos, meio ambiente, porto SAID, Rio Bonito e Mina, águas do nosso rio (grifó nosso), Botucatu e região. Ressalta-se que a referência ao outro, ao sujeito em contraposição, é muitas vezes eivada de estigmatização, depreciação, de pejorativos associados também aos seus saberes e práticas. Tal diferenciação de si em relação ao outro evidencia com clareza as linhas de força que compõem a trama relacional que se procura identificar. Na citação acima, é possível perceber alguns alinhamentos do periodista: o rio é referido como nosso, poluidores são os outros.

Em posse destas e outras informações, provenientes de outras fontes, iniciamos um mapeamento de pessoas e relações e uma concretização da metodologia geral no início esboçada. Algumas direcções de investigação começaram a surgir pela identificação de alguns sujeitos e suas inter-relações. Foi necessário proceder a uma selecção inicial de

pessoas a entrevistar, permitida e necessária, dado número elevado que possivelmente surgirá a partir de uma arbitrária e também inicial categorização: pescadores, atravessadores, rancheiros, representantes dos poderes públicos, representantes de instituições não governamentais, entre outros. Novos sujeitos e novas categorias poderão certamente surgir ou se modificar com o decorrer da pesquisa.

Para as entrevistas também se requer a composição de uma estratégia inicial de aproximação e a elaboração de um roteiro prévio que enfoque as questões conflituais em cena. Neste caso, os significados atribuídos ao loccus (meio ambiente, borda do rio, nosso rio, favela), ao outro (vândalos, imprudentes), às práticas do outro (irregular, ilegal) nortearam sua composição, cujo teor esteve relacionado com a identificação, a partir do entendimento do entrevistado, (1) dos principais desafios ou problemas, (2) dos seus interesses e necessidades, (3) das suas razões, emoções e sentimentos. Triáde a partir da qual, já numa lógica transformadora mais vasta do que a simples superação do conflito, se progrediu para a identificação (sempre na lógica da pessoa ou grupo entrevistado) (4) das prioridades a privilegiar, (5) das acções prioritárias para superá-los, (6) das contribuições próprias, (7) das contribuições alheias, (8) de outras pessoas ou instituições que possuem relação com os problemas e que poderiam contribuir para sua superação, além dos (9) elementos ou sinais indicadores da superação. Alguns dos instrumentos de registo utilizados baseiam-se neste roteiro (quadro II).

Quadro II - Quadro de registo (adaptado de Freitas & Annunziato, 2008)

<p>Prioridades (O que é mais importante em termos de desenvolvimento local sustentável às margens do reservatório?)</p>	<p>Indicadores (Como é possível avaliar o progresso em relação às prioridades estabelecidas?)</p>	<p>Acções prioritárias (O que deve ser feito com maior urgência?)</p>
<p>Contribuições próprias (Como posso/podemos contribuir para alcançar as prioridades de desenvolvimento?)</p>	<p>Contribuições alheias (Como pode a AES Tietê e outros contribuírem para atingir as prioridades de desenvolvimento?)</p>	<p>Outros parceiros (Quais seriam outros possíveis parceiros e o que poderiam fazer?)</p>

Ao contrário do que alguns autores defendem, a inserção do entrevistador ou mediador no contexto não é neutra, embora deva buscar, o quanto possível, a neutralidade no sentido de não se colocar ostensivamente ao lado de uma parte contra a outra, o que nos remete a questões éticas que fogem ao escopo deste artigo. O mediador torna-se

mais um elemento na trama relacional e intervirá segundo princípios norteadores da mediação, mas imerso em valores morais e éticos que se produzem ao nível das chamadas próprias etc. Sua inserção dinamiza o jogo de forças social, promove (re)significações, modifica o contexto e a produção discursiva, faz emergir novos desejos e novas possibilidades. Neste caso, a posição do mediador não pode obviamente ser neutra, nem quanto aos valores ambientais em causa, nem quanto à dignidade a que a todos os seres humanos têm direito. Também não foi neutra na importância de dar mais voz àqueles que, normalmente, a não têm (assumindo tal pressuposto desde início, junto da empresa e do poder local).

Analisando alguns textos recolhidos: analise-se, atentamente, o extracto abaixo transcrito, retirado do discurso de um pescador. Podem identificar-se com clareza diferentes designações e significações para o mesmo local (favela e acampamento), num diálogo cruzado de diferentes sujeitos e posicionamentos: “(...) Dizem que em Botucatu a gente conhece isso aqui como favela... O policial disse para mim que conhece isto aqui como favela, que só tem gente que não presta. Eu falei: ‘Não... isso aqui é um acampamento de pescador, tem gente que não presta no meio, sempre tem, todo lugar tem! Mas é cheio de família, todo mundo ali trabalha, ninguém tá ali para roubar, ninguém tá ali roubando... Nós estamos ali trabalhando! A gente quer o melhor para nossa família... Você não quer o melhor para sua família? Todo mundo quer!’ “. O extracto ilustra bem a ideia de inter-relação complexa das categorias apresentadas no quadro I e de como os discurso se constitui como veículo de produção da realidade que especifica cada um e os três níveis relacionais considerados. Ao (1) especificar o local (acampamento) e (2) descrever a especificação diferente que outros fazem do mesmo local (favela), o pescador (3) promove a especificação de normas e valores (família, trabalho, honestidade, etc.), gerando uma (4) nova possível e desejável relação de especificação com os outros (4).

Já o extracto de texto que se segue, da autoria do único dono de casa de veraneio presente numa primeira reunião com pescadores (realizada em Julho de 2007), se torna claro como o discurso representa uma mudança na forma de especificar os outros (pescadores) e as relações que entre ambos se estabeleceram e, agora, estabelecem e, como isso é projectado no processo de transformação de ambos e da realidade ambiental que partilham, projectando o processo de mediação bem para além do conflito em si. “Eu falo o que tenho que falar, eu não tenho freio na língua! No começo aqui só tinha aventureiro... isso há 10 anos atrás... que aí aprontava. Agora não! Agora ficou uma turma efectiva, uma turma que convive com a gente aí! Então precisa dar uma mão para eles! Nós precisamos crescer junto! Não adianta ficar pescador prum lado e morador pro outro... não adianta, nós temos que crescer junto! O que você acha? Não é isso?!”

Finalmente, analisemos a sequência discursiva que a seguir se transcreve. Vejamos como ela, só por si, ilustra como a prática discursiva se constitui como essência do processo de mediação, criando novos contextos que aproximam discursos outrora desavindos, através do reconhecimento do outro, do seu ponto de vista, seus interesses e necessidades; como tal prática discursiva específica e (re)significa constituições/identidades de pessoas e grupos, específica e (re)inventa relações entre pessoas e entre pessoas e ambiente, específica e (re)constrói relações de ordem/controlo; como tudo específica e (re)configura uma realidade complexa, imbricada, em que causas viram efeitos e efeitos viram causas, emergem novos sentidos, criam-se novos mundos num processo de transformação emancipadora:

Pescador 1: Porto Said é muito conhecido! Na delegacia é muito conhecido! [risos] A policia florestal, ela tem medo de entrar aqui dentro do Porto Said... medo de nós! Nós não somos bicho! Agora, por que eles tem medo de entrar aqui dentro? Por causa daquele tipo de pessoa que existe no meio dos pescadores, bagunceiro... O nosso nome do Porto Said já tá na delegacia! Eu fiquei com vergonha por que sou um pai de família, fiquei com vergonha! Falei com Manoel, passei aquele dia lá, fiquei com vergonha que o policial falou lá no Júlio. Falou que nós somos conhecidos como pessoas ruins, que é uma favela perigosa! Eu falei “Não é isso não! Vocês estão enganados! Aqui nós somos trabalhadores! Tem alguns aqui que podem bagunçar! Tem uns que bebem umas pinguinhas, mas ninguém matou ninguém!”...

Pescadora 2: O povo tem medo dos pescadores, mas vamos concordar numa coisa... dá arrepio de olhar aqueles barracos ali mesmo! Chega até arrepiar os cabelos: “Se eu entrar, será que eu vou sair?”...

Pescador 1 – No tempo que eu tomava uma cervejinha... ia lá no Rio Bonito e a própria dona falava que quando os pescadores chegavam o povo dava o fora... o povo dos ranchos saía quando os pescadores chegavam no bar... saiam de medo.

Pescador 3 – Olha o exemplo: eu fui mostrar o peixe lá em baixo [referindo-se a um episódio em que foi efetuar uma venda] e o cara disse “É para descer até lá em baixo?!” e eu disse que sim. “Mas pode entrar aí?!” disse ele. E eu disse “Com certeza meu amigo!”

Pescador 1: Mas a pessoa fica com medo mesmo!...

Pescador 3: Vocês estavam falando que o pessoal tem medo de vir aqui! É como eu tava falando, no meio de todo mundo tem gente ruim também... Tem os bons e tem os ruins... Então o pessoal tem que ver isso, que nós não somos do jeito que o pessoal pensa!... Insegurança, os próprios policiais ficam falando que ali só tem isso!... Também não é assim, não. Tem muita família boa! A polícia florestal encontrou comigo, uma vez que eu tava na água... foram olhar o capô do motor para ver se estava portando arma ou droga! Eu disse que não e... “É porque no meio de vocês tem muito bandido”. De fato, no mundo todo tem bandido,

no meio de toda profissão tem bandido, disse eu... aí, ele saiu! Agora, seria uma boa se acontecesse uma melhoria para nós aqui, para todo mundo!

Dos elementos emergentes das entrevistas, pôde empreender-se um certo cruzamento de informações, identificando-se convergências e divergências, identidades concomitantes ou posições múltiplas (por exemplo, “pescador” e “atravessador”, “morador” e “representante do poder público” etc.), possibilidades de articulação e acção cooperativa. Podemos citar o mútuo interesse pela desocupação da Área de Preservação Permanente (APP), presente no discurso de rancheiros, de representantes do poder público, da AES Tietê e, surpreendentemente, dos pescadores ocupantes, para quem a desocupação estava consignada à concessão de uma nova área para a construção de novas habitações: “Agora, seria uma boa se acontecesse uma melhoria para nós aqui, para todo mundo!”.

Em suma, atente-se como o motivo de conflito se transforma em desafio transformador, de construção de um novo futuro. Identificadas algumas possibilidades de articulação em pontos convergentes e de negociação e/ou resignificação de questões conflituantes, passamos a actuar como uma espécie de porta-vozes, veiculando as opiniões consonantes com o objectivo estabelecer uma “atmosfera positiva” e recompor o diálogo entre as diversas partes em um novo contexto, um encontro onde poderiam se (re)conhecer através de múltiplas dimensões comunicativas – também não discursivas ou não verbais. No final de um longo processo interactivo de audição dos interesses e necessidades das partes, suas razões, sentimentos e emoções, receios e anseios, tornou-se possível realizar o que, numa perspectiva mais restritiva de entendimento da mediação, deveria, eventualmente, ser um constante do processo: o encontro das partes conflituantes. Duas acções principais foram empreendidas então: (1) a realização de um evento que promoveu o encontro entre pescadores, representantes dos poderes públicos municipais e da AES Tietê, concessionária da UHE de Barra Bonita e responsável pela gestão ambiental do reservatório, e demais interessados, denominado Diálogo sobre o Desenvolvimento sustentável da Pesca no Reservatório de Barra Bonita; (2) a construção de um protocolo de intenções que procurou formalizar a disposição dos principais envolvidos em direcção à superação dos conflitos, gerando o compromisso com relação a algumas acções principais³.

3 *Entre outros aspectos, a Prefeitura comprometeu-se a disponibilizar um terreno adequado, próximo das margens do reservatório, para novas habitações destinadas aos pescadores e a encontrar financiamentos para sua construção. Os pescadores assumiram a desocupação dos acampamentos em terrenos privados e de preservação permanente, logo que as novas moradias estivessem construídas, bem como ajudar a pagá-las e colaborar na prevenção de futuras tentativas de ocupação. AAES Tietê, comprometeu-se com a elaboração do projecto de arquitectura, urbanismo e arruamentos para a nova vila de pescadores e a recuperação ambiental da área a ser desocupada (reflorestação com espécies nativas da área compreendida nos limites de sua propriedade) e apoiando a Prefeitura e a comunidade de pescadores na recuperação da área restante com a doação de mudas arbóreas de espécies nativas.*

Bibliografia

- BATESON, Gregory (1979). Steps to an ecology of mind. Toronto: Chandler Publishing Company.
- BONAFÉ-SCHMITT, Jean-Pierre, DAHAN, Joceylene, SALZER, Jacques, Marianne, Souquet e VUCHE, Jean-Pierre (2003). Les médiations, la médiation. Ramonville Saint-Agne: Éditions Erès
- COBB, Sara. (2004). Fostering coexistence in identity-based conflicts: Towards a narrative approach. In Chayes. A. and Minow, M. (Eds.), *Imagine Coexistence*. San Francisco Wiley_Default, Jossey-Bass: 294-310.
- FAIRCLOUGH, Norman (2001). Discurso e mudança social. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UNB.
- FISHER, Roger, URY, William & PATTON, Bruce (1991). Getting to yes. Negotiating agreement without giving in. Houghton Mifflin Books
- FOLGER, Joseph and BUSH, Robert (1996). Transformative Mediation and Third-Party Intervention: Ten Hallmarks of a Transformative Approach to Practice. *Mediation Quarterly* 13:4 (Summer 1996): 263-78.
- FOUCAULT, Michael (1989). Vigiar e punir, o nascimento da prisão. 7ed. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, Michael (2008). A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 6ª edição.
- FREITAS, Mário & FLEURI, Reinaldo (2006). Con-
ceito de complexidade: uma contribuição para a formulação de princípios epistemológicos de uma educação intercultural, ambiental e para o desenvolvimento sustentável. Comunicação apresentada ao III Seminário Internacional Educação Intercultural, Movimentos Sociais e Sustentabilidade: perspectivas epistemológicas e propostas metodológicas e I Colóquio da Association Internationale pour la Recherche Interculturelle na América Latina
- FREITAS, Mário e ANNUNCIATO, Draúzio (2008). Botucatu às margens do Tietê: Cultura e Sustentabilidade. São Paulo: Instituto BrasilCom.
- MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco (2002). A Árvore do Conhecimento. As bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Editora Palas Athenas.
- MILBURN, Philip (2002). La Médiation : Expériences et compétences. Paris: Editions La Découverte et Syros.
- MORINEAU, Jacqueline (1998). L'esprit de médiation. Romainville: Erès.
- SUÁREZ, Marinés (1996). Mediación. Conducción de disputas, comunicación y técnicas. Barcelona: Ediciones Paidós.
- PEDRO, Emília (1997). Análise Crítica do Discurso. Lisboa: Editorial Caminho